

ALÉM DO ARCO-ÍRIS: O DEBATE DA NORMATIZAÇÃO DO CASAMENTO HOMOAFETIVO.

Fabio Pessanha Bila

Universidade Estadual de Santa Cruz UESC, fpbila@uesc.br

Resumo

O reconhecimento jurídico das uniões estáveis entre casais do mesmo sexo, pelo Supremo Tribunal Federal no dia 05 de maio de 2011, pode ser considerada a mais significativa conquista para a efetivação da cidadania homossexual no Brasil. Tal fato despertou-me o interesse acadêmico de compreender se as relações homoafetivas rompem com a heteronormatividade¹ e com os papéis sociais tradicionais de gênero. Discutirei, nesse trabalho, a importância que os casais homossexuais atribuem a legalização das uniões homoafetivas e os significados de amor compartilhados pelos mesmos. É importante entender quais as consequências da uma possível reprodução dos valores tradicionais de gênero nas uniões homoafetivas para avançarmos nos estudos sobre sexualidades. Nesse sentido, é importante refletir se o direito conquistado pelo movimento homossexual permite que o Estado regule e controle as homossexualidades dentro dos padrões heteronormativos? Dessa forma, pode parecer paradoxal, mas como pensar garantias de direitos sociais, políticos e econômicos para os LGBTs sem que haja uma normatização das sexualidades pelo Estado? Estabeleço como provocação identificar se os casais que entrevistei pautam suas uniões, em modelos de conjugalidades, que não sejam classificadas como heteronormativas? Quais as representações de amor desses casais? Tentaremos problematizar algumas questões que me possibilite pensar esse desafio em termos políticos, sociais e teóricos. Para isso, realizei entrevistas com casais homoafetivos masculinos.

Palavras-chave: Homoafetividade, Heteronormatividade, Homofobia, Casamento

Intensos debates entre os estudiosos das sexualidades têm sido travados na contemporaneidade. Utilizarei o termo homossexualidades para me referir aos LGBTs, embora saiba da multiplicidade de questões políticas, sociais e econômicas singulares que envolvem essa minoria. Podemos considerar que vivenciamos uma transição da terceira onda do movimento LGBT para uma quarta, que se constrói em um cenário político nacional e internacional, de ascensão de setores denominados de direita. O que representa um rumo obscuro para as minorias sociais e políticas mediante a ostensiva redução de direitos sociais historicamente conquistados. Na terceira onda um intenso debate se fez entre intelectuais e os militantes do movimento LGBT. Essa polêmica entre movimento social e intelectuais se deve a distintas análises que os pesquisadores e militantes têm feito sobre os rumos das questões políticas que cada um desses segmentos têm adotado. O centro desse debate é pautado na questão da identidade. Para os acadêmicos adeptos da teoria queer a discussão sobre identidade versa sobre a perspectiva de que a subjetivação da homossexualidade levaria a uma identidade fixa, ou seja, estabeleceria um modelo de gay que se aproxima ao padrão burguês de sujeito e que os direitos reivindicados e conquistados pelo

¹ Segundo Daniel Borrillo a heteronormatividade é a defesa da heterossexualidade como 'norma' natural da sexualidade humana e a preservação de valores morais como monogamia, a definição de família apenas aquelas compostas por um homem e uma mulher, a hierarquia entre os gêneros, a divisão sexual do trabalho e o controle sobre a sexualidade humana. BORRILLO, Daniel. Homofobia história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte : Autêntica, 2010. Discutiremos esse conceito no quadro teórico.

movimento LGBTs são pensados como assimilação à norma heterossexual. Para o movimento pensar em uma perspectiva queer seria um deslocamento das identidades, ou seja, um movimento denominado pós-indentitário que fragmentaria o movimento LGBT e a luta política.

Podem parecer paradoxal, mas como pensar garantias de direitos sociais, políticos e econômicos para os LGBTs sem que haja uma normatização das sexualidades pelo Estado? Para o movimento LGBT brasileiro a garantia jurídica da união estável entre pessoas do mesmo sexo obtida, no dia cinco de maio de 2011, significou a maior conquista desse movimento até os dias atuais. Mas como pensar essas uniões fora do modelo heterossexual? Como não permitir que o Estado regule essas uniões dentro da heteronormatividade? Essas questões colocam em polos opostos intelectuais e militantes. Os intelectuais, embora considerem um direito, advertem para o processo de normatização e regulação das sexualidades. Os militantes consideram ser o reconhecimento jurídico dessas uniões uma conquista de direitos, vinculado à cidadania burguesa. Nesse sentido, nosso desafio é: como pensar em modelos de conjugalidades homoafetivas que não sejam heteronormativas? Tentaremos problematizar algumas questões que nos possibilitem pensar esse desafio em termos políticos, sociais e teóricos.

O chamado “casamento gay”, que passou a ser legitimado pelo Estado, levaria a uma normatização das sexualidades/conjugalidades que eram consideradas marginais? Para George Chancey (1998) e Michel Pollak (1988) a cultura e a sexualidade homossexual é caracterizada pela inovação, pela liberdade, com a criação de códigos de linguagem próprios, os gays são responsáveis por ditar tendências de moda. Para os autores isso se deve ao fato da identidade sexual da homossexualidade estar fora da obrigatoriedade da reprodução biológica, da heterossexualidade compulsória. Portanto, é uma forma de exercer a sexualidade que não está implicada na lógica inteligível dos discursos modernos da sexualidade que visa a reprodução.

A reivindicação do casamento/uniões entre pessoas do mesmo sexo, no Brasil e demais países ocidentais, têm por objetivo o reconhecimento do Estado. Até, então, essas uniões eram consideradas marginais. Ao reivindicar legitimidade da homoafetividade o movimento LGBT e os homossexuais configuram o Estado como sendo o detentor do poder que conferiu aos heterossexuais o direito civil ao casamento e que foi negado aos sujeitos de outras sexualidades, embora essa prerrogativa em princípio devesse ser garantida a todos os cidadãos independente de orientação sexual. Essa demanda foi/é uma das principais pautas do movimento LGBT. Mas quais as consequências desse pleito? Para Butler (2003) essa concessão do Estado gera uma normatização

que não é percebida pelo movimento lésbico e *gay*. Esse processo pode ser verificado, por exemplo, quando o Estado reconhece as uniões estáveis homoafetivas ou mesmo o direito ao casamento e redefine e ratifica a família como sendo pautada no modelo clássico burguês, composta de um homem e uma mulher, ou seja, o padrão heterossexual. E reafirma que o casamento é a instituição guardiã desse modelo. Como relata a autora:

Os poderes de normalização do Estado se tornam, porém, especialmente claros, quando se considera o quanto a contínua perplexidade sobre o parentesco condiciona e limita os debates sobre casamento. Em alguns contextos, a alocação simbólica do casamento, ou arranjos similares, é preferível à alteração dos requisitos para que o parentesco proteja direitos individuais ou plurais de se ter ou de adotar crianças ou de assumir uma coparentalidade legal. Variações no parentesco que se afastem de formas diádicas de família heterossexual garantidas pelo juramento do casamento, além de serem consideradas perigosas para as crianças, colocam em risco as leis consideradas naturais e culturais que supostamente amparam a inteligibilidade humana. (BUTLER, 2003; p. 224)

Para a autora parentesco pode ser definido como sendo um conjunto de relações que os indivíduos negociam para a reprodução da vida e as demandas de morte, ou seja, a esfera da reprodução, onde se negocia o gestar, o nascer, a criação, o cuidado, a doença, o morrer e os vínculos entre gerações, que foram definidos como sendo obrigação das mulheres. Embora essa relação nos pareça como sendo resultado de acordos entre os familiares, o parentesco não é uma esfera completamente autônoma das regulações do Estado.

O casamento homoafetivo significa ter o reconhecimento do Estado, é ter seu estado civil publicamente reconhecido, de forma que desejo e a sexualidade tornam-se legítimos. Ganha-se conhecimento e a declaração pública como casal. A união passa a ser imaginada como permanente e duradoura. Com isso, passa a ser exigida uma série de obrigações que definem socialmente o que é um casal. Os casais homossexuais saem da invisibilidade, da marginalidade, ou seja, aceitam as definições dada pela doxa e o que é considerado legítimo pela sociedade e pelo estado. Há uma exclusão de um certo tipo de comportamento considerado ilegítimo, do que não está posto pela norma. Podemos travar um debate sobre o que é legítimo e ilegítimo, uma vez que ao se tornar legítimo automaticamente exclui o que era ilegítimo. Para Butler (2003) caberia pensar nos intervalos híbridos entre esses opostos, o que pode haver nessas junções, nesses hiatos entre o legítimo e o ilegítimo, naquilo que consideramos não lugar. Esse processo nos permite vislumbrar como a engenharia discursiva produz hierarquias sexuais. O debate sobre o casamento homossexual faz a opinião pública se manifestar e emitir os dissonantes discursos sobre o tema. Nesse processo

são pensados modelos de uniões homoafetivas legítimas e ilegítimas, comportamentos homossexuais que são aceitáveis e não aceitáveis, ou seja, a máquina discursiva entra em operação. Processo semelhante ocorreu no século XIX para definir o papel social legítimo da mulher. Esse debate tem por objetivo definir quem e como pode se aderir à norma, o que se espera desses sujeitos, que comportamentos devem adotar, pois a norma de gênero não pode ser desestabilizada, mas reafirmada. Refletir sobre o casamento gay vai muito além de considerar ser a favor ou contra. Faz-se necessário pensar nas questões políticas e críticas que o tema pressupõe. A postura política é importante, mas não deve ser exclusiva, cabe-nos a crítica acadêmica. Nesse sentido, devemos atentar para o peso histórico que o casamento enquanto instituição estatal possui nas sociedades ocidentais. Aderir ao casamento é vincular-se a uma norma que pressupõe garantia de propriedade, hereditariedade legítima, herdeiros legítimos o que engessa e produz modelos de sexualidade. Entretanto, isso não significa que o casamento homossexual não seja um direito dos homossexuais. Mas qual modelo de contrato? É necessário que uma gama de discursos polissêmicos faça parte desse debate. O que é perigoso é cairmos em um único discurso que considera que o casamento homossexual deve ser um caminho para “limpar” a homossexualidade de seus estigmas construídos historicamente. Isso seria aderir a um conservadorismo que limitaria a sexualidade e construiria hierarquia nos modelos de homossexualidade.

Os debates em torno do casamento entre pessoas do mesmo sexo nos possibilita refletir sobre questões centrais da sexualidade e da democracia. Como pensar em modelos de uniões homossexual não adeptas da monogamia? O casamento gay representaria o fim de uma cultura sexual radical, libertária, ou seja, que extrapola o modelo heterossexual? Os discursos sobre a homossexualidade buscariam cada vez mais enquadrá-la nos desejos do Estado? Os homossexuais que não desejam esse modelo de união, ou preferem viver solteiros, seriam considerados marginais, por não aderirem ao casamento e se desvincularem de todo o estigma da promiscuidade atrelada historicamente aos homossexuais? Problematizar essas questões se faz importante. Entretanto, busco nesse trabalho analisar como os casais homossexuais masculinos, representam socialmente suas uniões e rascunhar uma possível consideração se há uma reprodução ou rearranjo do modelo heteronormativo nas falas dos entrevistados e tentar fazer algumas considerações das implicações para os estudos de gênero mediante os valores de gênero que são compartilhados por eles.

Os tons do arco-íris: representações de amor e casamento gay:

O caminho para acessar os colaboradores da pesquisa foi trilhado por duas aberturas. Ao ler algumas pesquisas verifiquei que o uso das redes sociais, como *sites* de relacionamentos, tem auxiliado muitos pesquisadores a acessar os diversos sujeitos para realização de entrevistas. Escolhi, então, um *site* de relacionamento direcionado a homossexuais chamado “Disponível”. Criei um perfil como pesquisador, o site permitiu que eu fizesse uma busca de possíveis casais dispostos a participar da presente pesquisa. Para isso selecionei os perfis de homossexuais que se identificavam como casados. Dentre esses, alguns buscavam fazer novas amizades, outros buscavam um terceiro parceiro para realizar suas fantasias sexuais. O site possui um aplicativo que me permitiu enviar mensagens para os perfis, então, escolhi os que informaram serem casados. Dessa forma, enviei um texto me identificando como pesquisador e explicando os principais objetivos da pesquisa e o meu contato caso desejasse contribuir com o trabalho. A cidade selecionada primeiramente foi o Rio de Janeiro. A mensagem foi enviada para um total de cem casais, entretanto, apenas quatro responderam ao chamado informando o número do celular para aprofundarmos os detalhes da entrevista. Após trocas de mensagens eletrônicas e ligações, marcamos nossa primeira entrevista. Nessas conversas deixava claro que a intensão do contato era exclusivamente acadêmica, uma vez que, no perfil desse casal eles informavam que buscavam um parceiro para relações sexuais. A partir dessas primeiras entrevistas obtivemos outras através de indicações feitas por esses quatro primeiros casais. Na cidade do Rio de Janeiro foram entrevistados oito casais de homossexuais masculinos. A segunda estratégia foi entrevistar casais que fazem parte do meu círculo de amizades, essas entrevistas foram realizadas na cidade de Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro. Foram entrevistados sete casais homossexuais na referida cidade.

O requisito para participar da pesquisa era possuir mais de seis meses de coabitação. O roteiro da entrevista semiestruturada engloba questões diversas, entretanto utilizarei neste trabalho, as respostas dos casais sobre a importância que eles atribuem ao relacionamento e sobre seus valores de gênero. Entrevistei 15 casais. Esses participantes podem ser considerados de segmentos de classe média, em sua ampla maioria. O enfoque nesse setor homossexual me possibilitará identificar que modelo de homossexualidade é compartilhado por esses gays e como suas vidas são organizadas. Não adotei a perspectiva de classe social somente a partir de fatores econômicos. Observei também como esse segmento social gerencia a sua vida e como constrói a percepção de si, as aspirações, o nível educacional, a independência econômica e a vivência em centros urbanos. Acredita-se que a

classe social tem significativa influência sobre os padrões de homossexualidade, pois o grupo a que pertencem, a profissão exercida, o acesso a serviços de saúde, a educação e a cultura, os espaços de socialização e lazer determinam os padrões de homossexualidade cultuados. Busquei a intersecção com marcadores sociais de diferença, particularmente com: etnia, região/procedência, geração, classe, escolarização, orientação sexual, religião, raça/cor, entre outros.

As entrevistas foram realizadas nas casas dos informantes, sempre nos fins de semana, sendo o melhor momento indicado por eles. O clima era bem descontraído, os casais me apresentavam suas respectivas residências. A partir das informações fornecidas pelos casais, posso tecer algumas considerações: a faixa etária dos colaboradores varia de 23 anos a 64 anos. Destaco que o casal denominado de Humberto e Thiago, possui 35 anos de diferença de idade. Nos demais casais, a diferença de idade é de no máximo de 18 anos. A variável de escolaridade não apresentou disparidade, 18 dos entrevistados possuem ensino superior, 4 cursam o ensino superior e 8 possuem o ensino médio. Quatro casais possuem diferença no nível educacional. Em relação a cor, 15 dos entrevistados se definiram como brancos, 10 se declaram pardos/morenos e 5 se declararam negros. Um par 4 é formado por um parceiro negro e um branco, 4 casais compostos por pares brancos, 2 casais negros, 6 casais formados de parceiros brancos e pardos e 2 casais de pardos. No indicativo referente à renda, identifiquei que há um relativo equilíbrio entre os pares conforme as suas remunerações dentre as profissões exercidas. A flutuação observada entre os casais variou entre mil e quinhentos reais ao teto de vinte e dois mil reais. Em dois casais apenas um dos pares possui renda. No geral pode-se definir que os casais são de segmentos de classe média e são originários de pais de camada sociais média e popular. O tempo de conjugalidade variou entre 21 a 2 anos de convivência. Em relação a religião verificou-se que existem casais que comungam de um mesmo credo, assim como há casais que divergem. Dentre as destacadas encontramos agnósticos, kardecistas, católicos, candomblecistas, umbandistas e evangélicos; onde se dividem em 11 agnósticos, 6 kardecistas, 2 católicos, 4 candomblecistas, 4 umbandistas e 3 evangélicos.

Apresentei brevemente os casais que colaboraram com a pesquisa, conforme demonstrado em seus perfis. Pedi que contassem as suas histórias e definissem, o significado de amor, a importância do relacionamento atual, fidelidade, representação de família, como equacionam religião *versus* relacionamento, percepção de igualdade de direitos entre casais heterossexuais e homossexuais, a importância do reconhecimento jurídico das uniões entre pessoas do mesmo sexo, a relevância de sua vida profissional, a intenção de ter filhos na atual relação e como gerenciam os conflitos do relacionamento. As narrativas variaram amplamente entre todos os entrevistados, que buscaram

detalhar as suas histórias, como uma espécie de afirmação e legitimação. Nesse trabalho apresentarei apenas as falas sobre amor e importância da relação atual.

As definições emitidas entre os casais sobre o significado de amor podem ser ilustradas em palavras como: companheirismo, liberdade, complementariedade, equilíbrio, cuidado, superação, paciência, respeito, admiração, reciprocidade, felicidade, saudade, cumplicidade, compreensão, divisão e harmonia. Esses foram os termos mais utilizados pelos nossos interlocutores para descreverem o sentido de amor, que segundo eles, são as virtudes de um relacionamento. Descrevo algumas falas para ilustrar:

A gente necessita de amor para poder viver nesse mundo. Eu, pessoalmente, não sou uma pessoa que não consegue viver muito sozinha não! Não tenho essa prática. Eu gosto de viver com outra pessoa, sempre gostei, só que assim, antes do Apolo eu não conheci uma pessoa que eu tivesse tanta afinidade e que a gente pudesse construir tanta coisa juntos. Eu mudei muito, ele mudou bastante também. Para a gente ir se aproximando no decorrer dos anos, mas eu não sei definir o significado do amor. É fazer coisas juntos como, por exemplo, assistirmos seriado japonês juntos todo os dias. (Henrique, 36 anos, professor)

Acho que é ter a certeza de que você sempre vai poder contar com aquela pessoa que você está em qualquer situação. Acho que isso é amor. A pessoa não te julga, não se importa com os defeitos que você tem, ela te compreende e te entende. Ela sabe que você é assim e gosta de você do jeito que é. Ela está ali do seu lado para qualquer coisa, dificuldade, alegria, enfim, companhia para a vida, digamos assim. Isso para mim é amor. O amor não sufoca, o amor na verdade te complementa, ele preenche aquilo que está faltando na sua caminhada da vida e alguém pode completar isso que está faltando. E essa pessoa é como uma gangorra, em que temos que ir nos equilibrando. (Magno, 38 anos, nutricionista)

Amor é companheirismo é você estar com a pessoa em qualquer circunstância, em qualquer desafio você vai estar ali com ela. (Cesar, 23 anos, administrador de empresa)

Um pouco de tudo, companheirismo, cumplicidade, compreensão. Há dias em que eu estou muito estressado e ele consegue me acalmar, ou o contrário acontece também. Então, amor é esse equilíbrio, a capacidade de compreender as dificuldades um do outro. É a capacidade de superar as adversidades do dia a dia e se desdobrar para estar ao lado do outro, de poder apoiar. Nessa construção é que o amor se fortalece e a outra pessoa passa a ser extremamente importante em nossas vidas. (Amaro, 37 anos, radiologista)

As falas dos casais, para caracterizarem o que compreendem como amor, estão pautadas no que pode-se chamar de engenharia discursiva do conceito de amor moderno, conforme compreendeu-se nas discursões desenvolvidas por Michel FOUCAULT, (2012 p. 9-83), Pierre BOURDIEU (1999, p. 129-133) e Elisabeth BADINTER (1993, p. 265-299). Recapitulando, BADINTER (1993), menciona em suas reflexões os desafios a serem enfrentados pelo casal moderno. Segundo ela, no medievo os matrimônios eram predestinados. Na modernidade é exclusivamente o coração, a aposta na duração de um relacionamento, o responsável pela

sustentação da vida a dois. Nesse novo modelo, a autora, identifica três dificuldades a serem enfrentadas pelos casais que são: gerenciar o amor por si próprio e o amor pelo outro, conciliar os desejos de liberdade e os interesses individuais, ou seja, gerenciar os interesses individuais em um relacionamento.

Corroborando as reflexões da autora, Bourdieu (1999), ressalta que o amor moderno pode ser definido com um ‘milagre’, uma vez que torna possível as relações amorosas desinstrumentalizadas, que se autorealizam na reciprocidade dos parceiros que é fazer um ao outro feliz. De identificar constantemente, no outro, o encantamento cotidiano. Isso possibilitaria a suspensão do cálculo egoísta da satisfação do ego. Como relata o autor seria a possibilidade de uma entrega livre de si e de sua liberdade a um companheiro/a que lhe entrega também a sua, esse acordo é constantemente reafirmado através da repetição do ‘eu te amo’. Assim o amor moderno é sustentado pelo reconhecimento mútuo, pela legitimidade de existência e de razão de ser que ambos os pares atribuem ao relacionamento, ou seja, a confiança que sustenta a díade amorosa moderna. Ao longo das falas dos casais verificaremos como eles processam essa dinâmica em suas conjugalidades.

Após relatarem o que consideram ser o amor, os casais continuaram suas falas para expressarem a importância de seu relacionamento atual, destacamos que nesse momento os casais choravam. Eles ecoaram as seguintes definições: apoio mútuo, família, complementariedade, segurança, disciplina, projetos futuros, solidez, amparo, satisfação pessoal, intimidade, amizade, reconhecimento social, divisão, equacionar diferenças, gerenciar conflitos, superação, amadurecimento e equilíbrio. E assim, destaquei alguns desses depoimentos:

Superação! A possibilidade de autodescoberta de vivenciar realmente o que sou e me realizar enquanto ser humano. Essa relação me fez quebrar muitos tabus, pois eu venho de uma família católica, então, tive que lutar contra muitos valores inculcados em mim mesmo. Então, a relação atual me possibilitou me assumir publicamente e conquistar o respeito da minha família e amigos. De forma geral eu aprendi a me respeitar mais e ao meu companheiro. Para mim o meu relacionamento se define em superação e respeito. (Amaro, 37 anos, radiologista)

Para mim meu relacionamento é importante por termos projetos comuns. A importância de uma relação é medida quando você deixa de comprar algo para satisfazer a vontade individual para comprar um objeto para a casa. (Sérgio, 37 anos, professor)

É uma base na vida, uma troca constante com outra pessoa. É compartilhar um projeto de vida em comum. (Elias, 39 anos, taxista)

A nossa relação criou um grau de intimidade, amizade e cumplicidade que não consigo me imaginar sem ele. Eu não me vejo viver com outra pessoa, não tenho interesse algum de acabar com meu casamento. Devido ao fato de termos alcançado um grau de afinidade que nos mantém unidos. Eu me considero uma pessoa muito bem humorada, então, quando ele chega com aquela carranca eu consigo quebrar

com uma piada, com bom humor. Ele me completa e por isso não partiria para outra relação. (Flávio, 52 anos, funcionário público)

Para mim a importância dessa relação é o reconhecimento de ter uma família, de ter conseguido casar, mesmo sem reconhecimento jurídico, nós construímos um núcleo familiar e isso para mim é importante. Então, quando eu penso que desde pequeno somos educados para casar e constituir uma família, acredito que eu consegui isso, mesmo não tendo um documento judicial, a nossa relação homoafetiva é aquilo que eu constituo como família, então, essa é a importância da minha relação com ele. (Otávio, 44 anos, professor)

Percebi nos relatos que os sujeitos atribuem importância a suas relações por estas estarem supostamente ancoradas em valores que nos remetem a reciprocidade. Ao refletir sobre o casal moderno, Badinter (1993), pondera que sem alguma medida de equidade conjugal, o que prevalece na relação é o individualismo de um para com o outro, o que leva a ruína do relacionamento. Isso supõe que os sujeitos reflitam sobre suas relações afetivas. Na esfera amorosa o que leva os sujeitos ao se unirem a outro é num primeiro momento a possibilidade de se protegerem da solidão. Entretanto, esse relacionamento deve estar ancorado no imperativo da reciprocidade, nas palavras da autora, o casal moderno procede a “uma estrita avaliação das perdas e lucros do ego. Dar para receber, esta é a condição da sobrevivência do casal.” (BADINTER, 1993). De certa feita, pode-se interpretar as expressões emitidas pelos interlocutores, embasando-se nas reflexões da autora, uma vez que verifica-se nas argumentações dos casais a percepção da necessidade de uma reciprocidade constante em suas relações.

Perguntei aos entrevistados o que significava a união legal entre pessoas do mesmo sexo. Os relatos que se seguem resumem as narrativas dos casais:

Eu não sei se acho se isso realmente é uma coisa necessária, a gente discute muito isso. Não que a gente não tenha a nossa. A gente tem sim a nossa há muito tempo. Em 2008, um ano depois que nós conhecemos. Na época foi porque o Estado já reconhecia a união estável entre pessoas do mesmo sexo e nos dois éramos professores do estado. As nossas famílias projetam muitas coisas em cima disso. Eles dizem; vocês têm que casar e vamos fazer uma festa, essas coisas assim, que eu não sei, fico meio assim... Não só pelo fato do casamento estar ligado a uma coisa heterossexual, mas por isso também. A gente acha que isso é muito heterossexual. Nada mudou entre nos dois depois do documento, a gente nem comemorou. A gente nem foi junto ao cartório, um foi assinou, depois o outro foi e depois as testemunhas foram e assinaram o documento. Eu achei o documento bem frio, a gente teve que, inclusive, colocar o carro que tínhamos junto, a placa, isso é horrível, eu acho que isso não tem nada a ver com a nossa relação, com afeto de verdade, isso é só uma questão de patrimônio mesmo. E por causa dessa questão de patrimônio a gente resolve se casar mesmo. Ou para ganhar benefícios como a licença de recém casado para poder viajar. (Henrique, 36 anos, professor)

A gente não tem documento de legalização da nossa união, mas eu acho importante para fins de estabilidade financeira, por exemplo, para você pegar um financiamento para comprar uma casa então o comprovante de união é importante para comprovar renda do casal, para fins de pensão caso um venha a falecer ou para a legalização para adotar uma criança e nisso eu acho que cabe, para adotar uma criança a

assistente social pede que se tenha um núcleo familiar então com esse comprovante eu acho que facilita, como também para herança, pois no momento que você ama o outro você tem de pensar no conforto do outro, uma coisa acontece com você e não vai querer que o outro fique na mão da sua família ou dos seus herdeiros não necessários. Então são nessas questões que eu acho importante, não na questão da sociedade, pois não é o papel que vai te fazer ser mais bem visto, eu acho que o papel é uma segurança para o casal, até mesmo na questão de transferência tem empresas que você tem o direito de acompanhar o marido, mas se você não é casado no papel como você vai provar, então, eu acho que por isso é interessante, mas acho que também não pode ter a febre do casamento, se não daqui a pouco vai ter o divórcio gay. (Alexandre, 27 anos, administrador)

Eu acho que é uma afirmação política, como se a gente de uma certa forma passasse a existir socialmente, partindo do princípio do sentimento nosso, a gente não precisaria disso, tendo como princípio o amor, mas são direitos reconhecidos validados, não são dados para a gente como se fosse um favor, nada mais é, que um direito nosso enquanto cidadão eu acredito nisso. A legalização agiliza muitas questões burocráticas, seja no futuro, seja no presente, como plano de saúde dentre outras coisas, a gente vive em um país que esse direito é muito recente, vimos casais que viveram juntos durante muito tempo e não é só uma questão de falecer, não só a questão de bens, mas tem pessoas que não tem uma relação muito boa com a família, mas na hora que a pessoas falta a família vem com tudo para se apoderar de tudo, como se tivesse vivido o tempo todo ali, que fosse o filho querido, e muitos são abandonados pela família por questão de homofobia, mas nesse momento a família vem disposta a deixar o companheiro de uma vida toda na rua, ainda, existe muito isso, mas cada vez mais que esses direitos forem reconhecido e são uma condição política eu acho que diminui esse tipo de coisa. (Ricardo, 36 anos, jornalista)

Foi uma conquista e saber que cada dia estamos mais amparados pela legislação, ocupando cada vez mais nosso espaço, mostrando para a sociedade que somos capazes de ser uma família decente, de ser uma família que se opõe ao que eles pensam que nós somos. Estamos conquistando nosso espaço e mostrando que somos uma família e somos iguais aos heterossexuais. (Gabriel, 33 anos, técnico de enfermagem)

É um direito que está para além da questão religiosa, as pessoas fazem essa confusão, eu não quero benção de religião alguma, pois o estado brasileiro é laico. Quero que o Estado reconheça nossos direitos e nossa relação enquanto família. Que se eu morrer ele possa ficar com minha pensão e a nossa casa. Pois há muitos casos em que as famílias dos casais querem todo o patrimônio que o casal gay construiu junto, mesmo nunca tendo apoiado a relação que foi construída durante anos. Nós estamos querendo casar, fizemos contato com o programa Rio Sem Homofobia, mas o custo financeiro cobrado pelo programa para realização do casamento coletivo, é alto, então, vamos fazer sozinhos, pois os custos são os mesmos. Pensávamos que houvesse algum benefício, mas não há, então, para que fazer? Para sair na imprensa? (Germano, 46 anos, motorista)

Percebe-se, a partir das falas dos nossos depoentes, que eles ressaltam a importância da legalização das uniões entre pessoas do mesmo sexo. Observa-se que a questão patrimonial e o direito de herança é uma argumentação recorrente, bem como o acesso a direitos civis como pensão em caso de morte de um dos cônjuges, compra da casa própria e plano de saúde dentre outros direitos. Aludiu-se que a assimilação de direitos é a tônica dos discursos dos casais entrevistados. Identifica-se que a legalização dessas uniões significa para eles a possibilidade de

reconhecimento social como família e casal. Pode-se refletir sobre esse paradoxo. Se por uma perspectiva os casais consideram que a legalização é a inclusão na normatividade, por outra significa a ruptura ou reformulação do modelo heteronormativo, uma vez que as conjugalidades homossexuais fraturam o discurso político da heterossexualidade.

Segundo Michel Foucault (2012), foi no século XVIII que foram criados novos discursos sobre a sexualidade. A primazia da sexualidade vinculada à reprodução foi construída, bem como o modelo de família considerada ideal. O casal legítimo é o que procria. Os discursos que legitimavam e legitimam esse modelo de família considerado ideal têm como intuito manter uma estrutura social, econômica e política. As uniões homoafetivas desestabilizam o discurso biológico que considera como natural a heterossexualidade. Os casais relataram, ainda, que embora, suas famílias aceitem as suas uniões, não as consideram legítimas. Segundo Daniel Borrillo (2010), esse fato se deve à homofobia que faz com que os homossexuais vivam sob a suspeita de que ameaçam a coesão cultural e moral da sociedade. O discurso homofóbico serve-se desse fantasma como principal arma de seu combate. Com isso, legitima-se um discurso paternalista, pois tenta-se submeter os/as homossexuais a uma espécie de vigilância protetora, reservando-lhes um tratamento destinado a uma classe inferior: incapazes de empreender um projeto conjugal ou parental, de transmitir seu patrimônio livremente. Esse tratamento desigual de que os/as homossexuais são vítimas consiste em ocultar as práticas discriminatórias impostas pelo grupo dominante e em enfatizar a ideia de uma deficiência estrutural dos dominados como vislumbramos nos discursos dos nossos interlocutores. (BORRILLO, 2010, p.38)

Entretanto, para os teóricos denominados de queer os depoimentos dos nossos entrevistados sobre a importância do reconhecimento jurídicos de suas uniões, significaria apenas uma assimilação a norma burguesa de sexualidade e família. Não haveria significativas rupturas com o modelo heteronormativo, pois para que essas relações sejam reconhecidas é necessário aderir a norma heterossexual e não possibilitaria uma revolução das normas de gênero e sexualidade. Ao requerer do estado as garantias que os casais heterossexuais possuem os casais homossexuais normatizam sua sexualidade aderindo ao padrão heteronormativo.

Considerações finais

Descrever as vivências e experiências dos casais homoafetivos a partir das falas sutilmente concedidas por eles, permitiu serem acessadas suas subjetividades, aflições, desejos e esperança. Considero que há uma possibilidade de registrar essas histórias que permaneceram ‘marginais’ na sociedade brasileira. Esses casais sofreram com a desaprovação dos setores mais conservadores da sociedade que sempre consideraram impossível haver afeto entre dois homens. O perfil dos mesmos pode ser identificado nas descrições feitas por eles, em nossas conversas. De toda forma as biografias desses sujeitos revelaram muito de seu cotidiano conjugal: os sonhos, expectativas, dúvidas e como compartilham esses sentimentos com seus companheiros. Essas histórias desconstruem as falas sobre as uniões homoafetivas como algo impossível, e desapontam os mais conservadores que apregoam que essas uniões são antinaturais. As falas desses casais demonstraram que suas uniões constituem laços pautados no ideário do amor romântico. Verificou-se os desafios enfrentados por esses casais que lutam por reconhecimento de suas uniões legítimas, que constituem famílias. Suas histórias desafiam uma ordem que considera legítima apenas a união de um homem com uma mulher, pois possui um fim em si mesma que é a reprodução. As falas dos casais demonstram que as relações homoafetivas se mantêm pelos laços da fraternidade e do afeto. Narrei as histórias de como se conheceram, os ideais de amor, o tempo de coabitação, os valores de gênero que compartilham. Será que essas falas constituem o pote de ouro do outro lado do arco-íris?

Referências Bibliográficas

- BORRILLO, Daniel. Homofobia história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte : Autêntica. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? In: Cad Pagu, nº 21/2003.
- CHAUNCEY, George. *Gay New York* in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, décembre, 1998, POLLACK, Michaël. *Les homosexuels et le SIDA, sociologie d'une épidémie*. Paris : Métaillé, 1988
- _____. *L'homosexualité masculine, ou: le bonheur dans le ghetto?* in ARIÉS, Philippe et BÉJIN, André (orgs) *Sexualités Occidentales, Communications*. Vol. 35, Paris : Éditions du Seuil, 1982.
- LARVIE, Patrick. Sexualidade e direitos de cidadania in Sexualidade Gênero e Sociedade. Ano IV, n. 11, julho de 1999.
- UZIEL, Ana Paula. *Reflexões sobre a parceria civil registrada no Brasil* in Sexualidade Gênero e Sociedade. Ano IV, n. 11, julho de 1999.